RELATÓRIO DA SUPERVISÃO DE ANÁLISE E PESQUISA

Projeto de Lei nº 186/2018
Autor: Comissão Especial Temporária para Revisão e Revogação de Lei
Ementa: "Revogam-se as Leis 3798/87; 4083/90; 4231/91; 5088/95; 5176/96; 5357/98; 5534/99; 5733/00; 5735/00; 5860/00; 6080/11; 8296/12; 8546/14; 9144/16. "

1. BASE LEGAL E REGIMENTAL

- A proposição submetida a estudo encontra disciplina jurídica nos artigos 12, III, e 172 da Resolução nº 910/91 - Regimento Interno da Câmara de Salvador, bem como no inciso III do art. 44 e art. 46 da Lei Orgânica do Município.

2. DA ANÁLISE E PESQUISA

- Em conformidade com as normas regimentais e da técnica legislativa, realizamos pesquisa em bancos de dados e constatamos a **inexistência** de proposição legislativa em tramitação que verse especificamente sobre o tema aludido na epígrafe.

2.1. DA TÉCNICA LEGISLATIVA

- Cumprindo o impulso regimental contido no inciso III do art. 178 da Resolução nº 910/91 (Regimento Interno), apensamos cópia do dispositivo legal citado no presente projeto.

- Por outro lado, tendo em vista a preservação dos preceitos da técnica legislativa, especialmente acerca do que preconiza o art. 9º da LC nº 95/98, enumerar-se-á as leis e as respectivas ementas em ANEXO deste Relatório, bem como a data de publicação para fins de redação legislativa.

Sala das Comissões, em 29 de junho de 2018.

Wagner Amorim F. de Souza
Supervisor de Análise e Pesquisa

ANEXO I
RELAÇÃO DE LEIS A SEREM REVOGADAS

Nº DA LEI E DATA DE PUBLICAÇÃO	EMENTA
3.798, de 29 de outubro de 1987.	Dispõe sobre a concessão de licença de construção, reforma ou ampliação de edificações uniresidenciais do grupo de uso R1 sobre o recolhimento das taxas de licença e dá outras providências.
4.083, de 17 de janeiro de 1990.	Autoriza vistoria nos prédios residenciais, comerciais ou públicos que tiveram mais de 05 (cinco) anos de construção e mais de 03 (três) pisos.
4.431, de 13 de novembro de 1991.	Cria o Termo de Reconhecimento de Edificações Concluídas, para Empreendimentos do Subgrupo de Uso R-1, previstos nas Leis 3377/84 e 3853/88.
5.088, de 26 de dezembro de 1995.	Estabelece normas de uso e ocupação do solo para áreas integrantes da área de proteção cultural e paisagística estabelecida pela Lei 3.289/83, e dá outras providências
5.176, de 27 de junho de 1996.	Dispõe sobre a regularização de edificações, parcelamentos do solo, arruamentos, atividades e dá outras providências.
5.357, de 30 de janeiro de 1998.	Substitui os anexos I e II da Lei nº 5.177/1996 pelos anexos A e B, denominados Hierarquia – Sistema Viário Básico e Mapas e dá outras Providências
5.534, de 23 de abril de 1999.	Altera dispositivo da Lei nº 3.903/88, que institui normas relativas à execução de obras do município de Salvador e dá outras providências.
5.773, de 12 de maio de 2000.	Dispõe sobre a proibição de se expor urnas morturárias e adereços para velórios na frene das lojas funerárias e dá outras providências.
Lei 5.735, de 17 de maio de 2000.	Dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação das condições mínimas de segurança, oferecidas ao públicos

	presente em locais de reunião e dá outras providências.
5.860, de 29 de dezembro de 2000.	Cria, delimita e institucionaliza como área sujeita a regime específico – ASRE, na subcategoria área de proteção cultural e paisagística – APCP uma área lindeira à Avenida Luiz Eduardo Magalhães e dá outras providências.
6.080, de 21 de janeiro de 2002.	Altera dispositivos das Leis nº 3.377/84, 5.502/99 e 5.669/99 e dá outras providências.
6.092, de 07 de fevereiro de 2002.	Altera dispositivos da Lei nº 3.377/84 e dá outras providências.
6.979, de 27 de janeiro de 2006.	Assegura reserva de vagas para idosos, nos estacionamentos públicos e privados
7.863, de 25 de maio de 2010.	Estabelece a obrigatoriedade da implantação de maquinismo de captação e armazenamento das águas pluviais nas coberturas das edificações e a captação, reciclagem e armazenamento das águas servidas para posterior utilização em atividades que não exijam o uso de água tratada nos empreendimentos pluri-domiciliares e comerciais no município do Salvador e dá outras providências.
8.053, de 26 de julho de 2011.	Dispõe sobre a regulamentação dos engarrafamento, armazenamento, depósito, venda e distribuição de botijões de gás liquefeito de petróleo – GLP, no município de Salvador e dá outras providências.
8.296, de 31 de maio de 2012.	Altera a redação dos artigos 2º, 3º e acrescenta art. 10-A da Lei 8.053/2011, que dispõe sobre a regulamentação do engarrafamento, armazenamento, depósito, venda e distribuição de botijões de gás liquefeito de petróleo – GLP, no município de Salvador e dá outras providências.
8.546, de 27 de janeiro de 2014.	Estabelece regras e critérios para a construção e manutenção de guaritas de

	segurança nas edificações residenciais e comerciais, no município de Salvador, e dá outras providências.
9.144, de 16 agosto de 2016.	Estabelece critérios para construção de postos de combustível na cidade de Salvador, e dá outras providências